

Temos que o intérprete pode determinar que o falante esteja usando suas palavras de um modo regular. Mas que quer dizer isso? Que, no presente, o falante está usando as palavras como as usou nas situações passadas conspícuas para o intérprete. Mas este “como as usou” requer que o intérprete reconheça as palavras como as mesmas e a situação atual como suficientemente similar às situações passadas de uso, como para justificar a regularidade observada. E isto supõe não só que o intérprete deva reconhecer as palavras do falante como as mesmas, mas também a situação presente como similar às situações passadas. Mas não só o intérprete deve reconhecer tal similitude, também o falante deve fazer o mesmo e o intérprete deve reconhecer que o falante a reconhece. Pareceria então que essa “situação” acessível ao falante e ao intérprete constitui um elemento decisivo para a determinação do uso correto das palavras por parte do falante. E eu acredito que é por este caminho, e não pelo da comunidade de falantes, que deve se buscar a pedra de base para dar conta da normatividade do significado.

### Referência bibliográfica

KRIPKE, Saul A. *Wittgenstein on rules and private language*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1982.



## Parte V

# Consequências do anti-individualismo

# EXILADOS DA TERRA GÊMEA: OS EXPERIMENTOS MENTAIS E A NATUREZA DA INTENCIONALIDADE

César S. dos Santos  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

NOS DEBATES ACERCA do externismo sobre o conteúdo mental e suas consequências, foram feitos dois usos importantes de experimentos mentais. Em primeiro lugar, o experimento mental da Terra Gêmea e suas variedades foram usados para atacar a tese que o mental é localmente superveniente ao neural. Em segundo lugar, experimentos mentais envolvendo trocas despercebidas de ambiente foram usados para acusar o externismo em questão<sup>1</sup> de ser incompatível com o acesso privilegiado de cada um aos próprios estados mentais conscientes. Abaixo, caracterizo minimamente a natureza dos experimentos mentais e apresento sucintamente os experimentos mentais em tela, argumentando que as duas aplicações estão em ordem.<sup>2</sup>

---

1 Há mais de uma variedade de externismo. Esse texto é sobre o *externismo sobre o conteúdo mental*, posição segundo a qual várias representações que figuram em estados intencionais são constituídas pela interação do ser intencionante com um ambiente natural ou social mais amplo (PUTNAM, 1973, 1975; BURGE, 1979, 2007b). Outra variedade importante de externismo é o *externismo sobre a garantia epistêmica*, tese segundo a qual um conhecedor está garantido mesmo que não esteja de posse da garantia do seu conhecimento, bastando que haja no ambiente ou na sociedade essa garantia.

2 Este capítulo foi escrito a partir da minha comunicação no IV Colóquio Temático de Filosofia Analítica (Salvador, 22-24 de setembro de 2008), mas há uma diferença importante entre o argumento que lá apresentei e o argumento que apresento agora: lá defendi que a segunda aplicação dos experimentos mentais (ao debate sobre acesso privilegiado) não está em ordem. Mas mudei de ideia, pois vi que o problema não está na aplicação do experimento mental, mas sim nos pressupostos epistemológicos envolvidos. Espero tratar desses pressupostos, já tematizados por Silva Filho (2006), em um próximo trabalho. Agradeço a Alexandre N. Machado, André Leclerc, Roberto H. de Sá Pereira e Rogério P. Severo pela discussão dos temas e problemas deste texto.

## 1. Experimentos mentais

Experimentos mentais são narrativas inventadas para a investigação de como as coisas são. Neles se emprega o pensamento, e nada mais, para investigar um problema ou uma questão (cf. BROWN, 2007). Ao longo da história, os experimentos mentais foram utilizados de maneira frutífera nas investigações científicas e filosóficas sobre a natureza, o conhecimento e a moralidade. Os exemplos célebres abundam. Entre os filósofos pre-socráticos, Zenão de Eleia nos deu os experimentos mentais de Aquiles e a tartaruga e da flecha imóvel. Um dos pontos mais populares da filosofia de Platão, a alegoria da caverna, é um experimento mental. A física da modernidade em diante deve muito aos experimentos mentais de Galileu, Newton, Maxwell, Einstein, Heisenberg e Schrödinger. Na teoria do conhecimento, Descartes apoia sua investigação epistemológica no experimento mental do Gênio Maligno, e Kant investiga o papel dos conceitos na cognição de objetos com seu experimento mental do selvagem da Nova Holanda apresentado a uma casa europeia pela primeira vez. Em filosofia moral, há o polêmico experimento mental de Parfit, com a proposta de tratar as pessoas como seres que se dividem como amebas.<sup>3</sup> Por fim (dessa pequena enumeração, não dos experimentos mentais existentes ou célebres), em filosofia da mente, temos os muito discutidos experimentos mentais da sala chinesa, de Searle, e da Terra Gêmea, de Hilary Putnam. É sobre algumas variações desse último e algumas das suas consequências que falarei nesse trabalho. Porém, antes de falar do uso desse experimental e das suas variações na investigação sobre a natureza da intencionali-

<sup>3</sup> Simpatizo com os experimentos mentais, e os considero muito importantes para a filosofia e para as ciências, mas concordo com a crítica de Wilkes (1988: cap. 1) ao experimento mental de Parfit. Ela diz que se as pessoas se dividissem como amebas, nós simplesmente não saberíamos o que dizer. Creio que Parfit viola um pré-requisito para o emprego de experimentos mentais: partir das concepções do interlocutor, não de meras possibilidades lógicas. Aliás, para a crítica dos experimentos mentais que partem de meras possibilidades lógicas, ver Hacking (2007).

dade, no debate acerca do externismo sobre o conteúdo mental, falarei um pouco mais sobre os experimentos mentais em geral.

Nas ciências, os experimentos mentais estão por detrás de resultados importantes, e a coisa não é diferente na filosofia, onde resultados centrais da filosofia da linguagem, da filosofia da mente e da teoria do conhecimento se apoiam em tais experimentos. Ante esse quadro, é razoável dizer que, caso não dispuséssemos de tais experimentos, as ciências e a filosofia estariam muito empobrecidas (cf. BROWN, 2007).

O que estou chamando de “experimento mental” já recebeu outros nomes na literatura em língua portuguesa: “experimento imaginativo” e “experiência de pensamento”, por exemplo. Todas essas expressões traduzem a expressão anglófona “thought experiment” e a expressão alemã “Gedankenexperiment”, divulgada e defendida por Ernst Mach (cf. SORENSEN, 1992).

Há prós e contras no emprego de experimentos mentais, assim como há defensores e detratores do seu uso. A favor dos mesmos, é preciso reconhecer que eles nos ensinam bastante, dado que alavancam teorias e investigações científicas e filosóficas. Além disso, Kuhn está certo ao dizer que, se os experimentos mentais são bem construídos, eles podem provocar uma crise ou anomalia que perturba a teoria vigente, o que é positivo para a pesquisa científica ou filosófica (cf. KUHN 1964, BROWN, 2007).<sup>4</sup>

Também há argumentos contra os experimentos mentais, e alguns desses estão certos, ao menos em alguns aspectos. Pierre Duhem se opõe aos experimentos mentais na física experimental, os quais ele discute sob os nomes de *experiência fictícia* (*expérience fictive*) e de *experiência absurda* (*expérience absurde*) (cf. DUHEM, 1906: 331-34). A experiência fictícia teria o vício da preguiça: é uma experiência não realizada onde deveria haver uma experiência realizada. Nada impede que futuras experiências realizadas corroborem as experiências fictícias, mas essas deveriam ter sido realizadas. Já o vício das experiências

<sup>4</sup> O debate sobre o externismo acerca do conteúdo mental é um exemplo de crise teórica acarretada por um experimento bem construído, principalmente no aspecto do lidar com os pressupostos dos interlocutores.

absurdas seria serem contrárias a qualquer experiência possível, o que as torna inaceitáveis como métodos de investigação empírica.

A posição de Duhem é apropriada para a física *experimental*, mas não há dúvida que essa seria uma posição exageradamente adstringente, se aplicada às outras ciências (incluindo a física *teórica*) e à filosofia, pois não reconheceria os inegáveis ganhos e avanços possibilitados pelos experimentos mentais.

Kathleen Wilkes apresenta outra crítica: não sabemos quão confiáveis são nossas intuições (cf. WILKES, 1988; BROWN, 2007). Essa crítica é importante, na medida em que recomenda prudência e moderação no emprego e análise dos experimentos mentais, e denuncia prováveis abusos, como os de Parfit, quem propõe que se investigue sobre a identidade pessoal a partir do pressuposto de que pode haver pessoas que se dividem como amebas. Para Wilkes, esse pressuposto está tão distante dos nossos pressupostos sobre a natureza das pessoas que não nos ajuda a entendê-las. Acho que a crítica de Wilkes é correta, pois um experimento mental deve contemplar os pressupostos do interlocutor (cf. KUHN, 1964). No entanto, a crítica não é suficiente para abandonarmos os experimentos mentais em outras investigações científicas e filosóficas, pois também temos razões para duvidar da nossa inteligência, dos nossos poderes sensoriais, etc., e nem por isso deixamos de nos apoiar nesses enquanto não há razões para mudança de atitude.

Daniel Dennett reclama dos experimentos mentais por considerá-los conservadores, visto que se apoiam em concepções populares, ou já aceitas (como indica KUHN, 1964). Isso mostra que há limitações do uso dos mesmos, pois é preciso que haja uma concepção anterior ao seu emprego, mas não mostra que eles não devem ser usados. Aliás, Dennett os emprega (cf. BROWN, 2007). O que isso mostra é que experimentos mentais tratam dos conceitos possuídos por alguém, e por isso, em certo sentido, são recursos para a análise conceitual. No entanto, não apenas de análise e esclarecimento conceitual, pois as crises conceituais acarretadas por experimentos mentais são resolvidas olhando

*para fora* do conceito, para a porção da realidade que é o assunto do conceito testado no experimento mental.<sup>5</sup>

Uma última crítica, a qual encontramos em Wilkes e Ian Hacking: não temos como saber o que diríamos, se... (cf. BROWN, 2007; HACKING, 2007). Essa crítica está certa para alguns casos, como o da proposta de Parfit, mas é equivocada como regra geral, pois se sabemos quais são as concepções de S sobre x, sabemos o que x estaria disposto a dizer sobre uma situação E envolvendo uma ocorrência de x. Assim, se um teórico detalhou bem sua posição sobre um elemento da teoria, sabemos o que ele diria, se tal-e-tal fosse o caso, e o ponto de apresentar um experimento mental a tal teórico é, justamente, trazer à atenção desse um caso que ele não considerou com cuidado, ou que deixou na periferia da teoria, talvez pelo sucesso que a mesma tem com outros casos (cf. KUHN, 1964).

Por fim, quanto à caracterização, experimentos mentais podem ser usados de maneira construtiva, ou de maneira destrutiva.<sup>6</sup> A caverna de Platão (*Rep.*, livro 7) é um exemplo de experimento mental usado para estabelecer, construtivamente, as bases de uma teoria.

<sup>5</sup> É de Kuhn a tese que um experimento mental bem sucedido produz tanto mudança conceitual quanto nova investigação do objeto: Se seu uso [dos experimentos mentais] levantou problemas para o cientista, esses problemas eram como aqueles aos quais o uso de qualquer lei ou teoria experimentalmente baseada o exporia. Isto é, eles surgem não do seu equipamento mental sozinho mas de dificuldades descobertas na tentativa de encaixar (*to fit*) esse equipamento à experiência previamente assimilada. A natureza, ao invés da lógica sozinha, foi responsável pela confusão aparente. Essa situação me levou a sugerir que pelo tipo de experimentos mentais aqui examinados o cientista aprende sobre o mundo assim como sobre seus conceitos. Historicamente, seus papéis estão bem próximos do duplo papel desempenhado por experimentos e observações de laboratório reais. Primeiro, experimentos mentais podem revelar (*disclose*) a falha da natureza em conformar-se a um conjunto anteriormente aceito de expectativas. Em adição, eles podem sugerir maneiras particulares nas quais tanto as expectativas quanto a teoria devem ser revisadas dali em diante (KUHN, 1964, p. 261).

<sup>6</sup> Brown (2007) fala em dois *tipos* de experimentos mentais, os destrutivos e os construtivos, mas me parece mais preciso falar em dois *usos*, uso destrutivo e uso construtivo.

Experimentos mentais também podem ser usados para destruir uma teoria, e os experimentos mentais dos externistas sobre o conteúdo são destrutivos, pois buscam solapar a tese que o mental é localmente superveniente ao neural (cf. BURGE, 1979; NUCETELLI, 2003; BURGE, 2007b; DRETSKE, 2003).

## 2. Como usá-los

Um experimento mental bem construído testa um conceito através do foco em alguma situação que se espera esteja coberta pelo mesmo, mostrando dificuldades ainda não esclarecidas. Assim, podemos dizer que a aplicação de experimentos mentais é regida pelos seguintes critérios: primeiro, delimite uma situação que o conceito em teste precisaria cobrir, mas não é claro como isso ocorre; segundo, construa uma narrativa na qual o emprego do conceito é dúbio (requerendo esclarecimentos) ou impossível (requerendo abandono).

Esses critérios estabelecem limites para o emprego de experimentos mentais, pois nem tudo o que é imaginável os satisfaz. Em primeiro lugar, é preciso que a aplicação do conceito em teste no caso imaginado não seja surpreendente para o interlocutor bem informado que adota o conceito, ou ao menos que a concepção em teste permita tal aplicação. Além disso, como a aplicação do experimento mental visa testar um conceito, é preciso que o experimento mental não inclua pressupostos estranhos ao mesmo, pois do contrário o “laboratório” fica contaminado, e o teste comprometido. Talvez pudéssemos apresentar esse último ponto como uma máxima da ética da pesquisa com experimentos mentais: imagina de tal maneira que tua imaginação ataque apenas aquilo que é próprio ao conceito em teste, sem pressupor injustificadamente outras posições, caso haja razões para não pressupô-las.

## 3. Experimentos mentais do tipo Terra Gêmea

A metodologia dos experimentos mentais do tipo Terra Gêmea (daqui para a frente chamados apenas de *experimentos TG*) está resumida nesta passagem de Burge:

A estratégia comum [dos experimentos] é manter constante a história do movimento corpóreo da pessoa, as estimulações da superfície, e a química interna. Daí, variando o ambiente com o qual a pessoa interage enquanto ainda se mantém constantes os efeitos moleculares sobre o corpo da pessoa, pode-se mostrar que alguns dos pensamentos da pessoa variam. Os detalhes dos experimentos mentais tornam claro que a variação dos pensamentos é indicativa de princípios fundamentais e implícitos (*underlying*) para a individuação de espécies mentais. O resultado é que quais pensamentos se tem — de fato, quais pensamentos se pode ter — é dependente das relações que se mantém com o próprio ambiente (BURGE, 1988, p. 112).

Essa caracterização deixa claro que os experimentos TG querem mostrar algo a quem tem certa visão da mente. É como se esses experimentos dissessem: “Se você defende que a mente consciente, incluindo a intencionalidade, é explicável apenas pela suposição que qualquer fenômeno mental é localmente superveniente a algum evento neural, então imagine tal situação...”. Na situação típica dos experimentos TG, aquele que defende que o mental é localmente superveniente ao neural encontra-se em uma situação na qual precisa reconhecer que um elemento exterior ao neural é fundamental para a explicação da intencionalidade, pois o neural se mantém o mesmo ao longo do experimento, mas é inaceitável que o mental se mantenha o mesmo. Assim, o que os experimentos TG fazem é levar o defensor da superveniência local do mental sobre o neural a rever sua posição, o que significa tanto rever suas concepções sobre a mente quanto voltar a investigar seu objeto, a mente.

Experimentos TG costumam ter uma estrutura em três passos (BURGE, 1979, p. 104-6):

P1: Suposição inicial: a narrativa de uma situação bastante comum

P2: Uma suposição contrafactual: leve alteração da narrativa de P1, usualmente mantendo o intencionante o mesmo nos aspectos neurais e bioquímicos da epiderme para dentro, mas alterando o entorno

P3: Uma interpretação da situação inicial a partir do caso contrafactual: o que diríamos, se...

Eis alguns dos principais experimentos TG:

Terra Gêmea Entre P1–P2 muda algo no ambiente externo ao corpo do sujeito, sem mudar nada nele; P3: o significado não está na cabeça (PUTNAM, 1975).

“Artrite”: Entre P1–P2 muda uma convenção linguística, sem mudar nada nem no corpo do sujeito, nem no entorno físico; P3: a tipificação de certos estados intencionais de um sujeito requer que se considere seu entorno social (BURGE, 1979)

Homem do Pântano: Entre P1–P2 um sujeito com certa história de interação com o mundo físico e com os outros é aniquilado, e outro “sujeito” com outro corpo mas a mesma configuração física é forjado; P3: o segundo sujeito não tem nenhum estado intencional no momento em que vem a existir, pois a intencionalidade requer uma história de interação com o ambiente e com os outros (cf. DAVIDSON, 1987; MALPAS, 2005)

#### 4. O problema do sucesso

Os externistas sobre o conteúdo aplicam bem os experimentos TG, pois delimitam uma concepção do mental como localmente superveniente ao neural, e mostram um caso no qual é impossível, ou ao menos dúbio, empregar tal concepção. Agora veremos outra aplicação de experimentos mentais encontrável no debate sobre o *problema do sucesso* (*problema del logro*) (cf. MOYA, 2009). Trata-se do problema da discriminação do conteúdo mental em situações de troca desperce-

bida de ambiente (*slow switch*). Esses casos costumam ter a seguinte estrutura (cf. BURGE, 1988; BOGHOSSIAN, 1989):

S1: No ambiente 1, S adquire o conceito C com a conotação x e a denotação y;

S2: Sem ter a menor notícia disso, S é transportada para o ambiente “gêmeo”<sup>7</sup> 2, e após um bom tempo seu conceito C tem a denotação z (diferente de y);

S3: Por não ter notícia da troca de ambiente e da mudança na denotação do conceito, em certo sentido S não sabe no que está pensando, quando pensa um pensamento que inclui o conceito C.

Esse tipo de experimento mental, que chamarei de *experimento SS*, visa testar a concepção externista da mente considerando algo que o externista está disposto a aceitar, a saber, que cada um tem acesso privilegiado à própria mente. Nada, nos experimentos SS, vai contra os pressupostos aceitos pelo externista, e o problema colocado por tais experimentos é um problema que precisa ser coberto pela teoria externista. Assim, os experimentos SS são uma boa variedade de experimento mental.

#### 5. Conclusão

Busquei caracterizar minimamente os experimentos mentais e mostrar a estrutura dos principais experimentos mentais presentes nos debates sobre o externismo. Além disso, busquei avaliar se esses experimentos mentais foram bem construídos e aplicados, chegando ao resultado que a construção e a aplicação dos mesmos está em ordem.

<sup>7</sup> As condições e parâmetros da *geminção* estão implícitas na passagem de Burge (1988, p. 112) citada acima.

## Referências bibliográficas

- BOGHOSSIAN, P. "Content and self-knowledge", in: P. Ludlow e N. Martin (eds.), *Externalism and self-knowledge*. Stanford: CSLI Publications, 1989, p. 149-73.
- BROWN, J. R. "Thought experiments", in: E. N. Zalta (ed.), *Stanford encyclopedia of philosophy*, 2007. Metaphysics Research Lab, CSLI, Stanford University. <http://plato.stanford.edu/entries/thought-experiment/>, acessado em 2008.09.23.
- BURGE, T. "Individualism and the mental" reimpresso em Burge 2007a, 1979, p. 100-50.
- \_\_\_\_\_. "Individualism and self-knowledge", in: P. Ludlow e N. Martin (eds.), *Externalism and self-knowledge*. Stanford: CSLI Publications, 1988, p. 111-28.
- BURGE, T. *Foundations of mind*. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 2007a.
- BURGE, T. "Introduction", in: Burge 2007a, 2007b, p. 1-31.
- DAVIDSON, D. (1987). "Conhecer a própria mente". *Crítica*, <http://criticanarede.com/teses/propriamente.pdf>. Tradução de Luís Augusto, acessado em 2005.08.07.
- DRETSKE, F. I. "Externalism and self-knowledge", in: S. Nuccetelli (ed.), *New essays on semantic externalism and self-knowledge*, A Bradford Book. Cambridge, EUA e Londres: The MIT Press, 2003, p. 131-42.
- DUHEM, P. *La théorie physique: son object et sa structure*. Paris: Chevalier et Rivière, Éditeurs. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k951903>, acessado em 2008.10.25, 1906.
- HACKING, I. "The contingencies of ambiguity", in: *Analysis* 67(296), 2007, 269-77.
- KUHN, T. S. "A function for thought experiments", in: *The essential tension: selected studies in scientific tradition and change*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1977, p. 240-65, 1964.
- MALPAS, J. "Não renunciar ao mundo: Davidson e os fundamentos da crença", in: P. J. Smith e Waldomiro Silva Filho (eds.), *Significado, verdade, interpretação: Davidson e a filosofia*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 51-66.
- NUCCETELLI, S. "Introduction", in: S. Nuccetelli (ed), *New essays on semantic externalism and self-knowledge*. Cambridge, EUA e Londres: The MIT Press, 2003, p. 1-22.
- PLATÃO. *A República*, 5ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Do século 4 a.C., tradução de Maria H.R. Pereira, 1987.
- PUTNAM, H. "Meaning and reference", in: *The journal of philosophy* 70(19), 1973, p. 699-711.
- \_\_\_\_\_. "The meaning of 'meaning'". In: *Mind, language and reality*, Volume 2 de *Philosophical papers*. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 1979, p. 215-71.
- SILVA FILHO, W. "O autoconhecimento, o narrador onisciente, a vida comum", in: *Philosophos* 11(2), 2006, p. 287-303.
- SORENSEN, R. A. *Thought experiments*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- WILKES, K. (1988). *Real people: personal identity without thought experiments*. Oxford: Clarendon Press.